A reforma do ensino médio

Privatização da política educacional

VINICIUS BEZERRA*
CARLA MALUF DE ARAÚJO**

RESUMO: Neste trabalho, analisamos a convergência entre as diretrizes dos reformadores empresariais e a reforma do ensino médio, regulamentada pela Lei nº 13.415/2017. A pesquisa, de caráter documental, foi pautada pela análise do arcabouço legal da reforma e das proposições dos empresários. Os principais pontos da reforma já estavam sendo sinalizados, há alguns anos, pelos reformadores empresariais. As confluências demonstradas entre empresários e governo não são mera casualidade, mas resultado da interlocução e trânsito que possuem dentro dos centros de poder.

Palavras-chave: Reformadores empresariais. Reforma do ensino médio. MP 746. Lei 13.415.

Reform of High School Education

Privatization of educational policy

ABSTRACT: In this paper, we analyze the convergence between the directives of business reformers and the reform of high school education, regulated by Law no. 13,415 / 2017. The research, of a documentary nature, was based on the analysis of the legal framework for the reform and the proposals of the entrepreneurs. The main points of the reform were already signaled a few years ago by the business reformers. The confluences demonstrated between entre-

* É licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Atualmente desenvolve pesquisas sobre a inserção de setores do empresariado nacional no campo das políticas educacionais. Campo Grande, MS- Brasil. E-mail: <viniciusoliveira_08@hotmail.com>.

** É mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Instituição na qual atualmente é professora adjunta. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais. Campo Grande, MS- Brasil. E-mail: <carlabzandavalli@gmail.com>.

preneurs and government are not mere chance, but a result of the interlocution and transit that they have inside the centers of power.

Keywords: Business reformers. High school reform. MP 746 (provisional measure). Law n°. 13.425.

La reforma de la enseñanza secundaria

Privatización de la política educativa

RESUMEN: En este trabajo, analizamos la convergencia entre las directrices de los reformadores empresariales y la reforma de la enseñanza secundaria, reglamentada por la Ley n.º 13.415/2017. La investigación, de carácter documental, se caracterizó por el análisis del marco legal de la reforma y de las proposiciones de los empresarios. Los principales puntos de la reforma ya venían siendo señalados, desde hace algunos años, por los reformadores empresariales. Las confluencias observadas entre los empresarios y el gobierno no son mera casualidad, sino el resultado de la interlocución y del tránsito de los que disfrutaban en los centros de poder.

Palabras clave: Reformadores empresariales. Reforma de la enseñanza secundaria. MP 746. Ley n.º 13.415.

La reforme de l'enseignement secondaire:

Privatisation de la politique éducationnelle

RÉSUMÉ: Dans ce travail, nous analysons la convergence entre les directives des réformateurs d'entreprise et la réforme de l'enseignement secondaire, réglementée par la Loi n° 13.415/2017. La recherche, principalement documentaire, s'est basée sur l'analyse du cadre legal de la réforme et des propositions des entrepreneurs. Les principaux éléments de la réforme avaient déjà été signalés, il y a quelques années, par les réformateurs entrepreneuriaux. Les confluences entre les entrepreneurs et le gouvernement ne sont pas le fruit du hasard mais le résultat de l'interlocution et du libre accès qu'ils possèdent dans les centres de pouvoir.

Mots-clés: Réformateurs entrepreneuriaux. Réforme de l'enseignement secondaire. MP 746. Loi 13.415.

Introdução

O processo de privatização da educação pública tem avançado de diferentes formas, sendo parte das estratégias do capital para a superação de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002), que o impele à busca incessante de novas formas de acumulação. Trata-se do processo, entendido de maneira abrangente, da transferência, por parte do poder público, da responsabilidade de efetivar o direito à educação formal para o setor privado (ADRIÃO; PINTO, 2016).

Adrião (2017) estabelece três dimensões sobre as quais as formas de privatização operam em diferentes contextos: privatização da gestão da educação, privatização do currículo e privatização da oferta educacional. Respectivamente, tais dimensões caracterizam-se

[...] pela transferência da gestão educacional pública para o setor privado, corporativo ou não, pela transferência da elaboração e gestão dos currículos escolares para corporações privadas ou para setores autoproclamados “não lucrativos” e ainda pelo aprofundamento da privatização da oferta educacional por meio da ampliação de políticas de *choice* (ADRIÃO, 2016, p.1).

As dimensões privatistas supracitadas são levadas a cabo pelos denominados *reformadores empresariais da educação* (RAVITCH, 2011a, 2011b; FREITAS, 2012), que objetivam promover reformas educacionais de acordo com princípios mercadológicos:

Eles não são professores, mas eles acham que sabem como consertar as escolas. [...] Eles dizem que as escolas devem operar como empresas, porque o livre mercado é mais eficiente do que o governo. Portanto, esses reformadores – chamo-os de reformadores empresariais – defendem reformas baseadas no mercado (RAVITCH, 2011a, p. 2).¹

Desse modo, mediante atuação de organizações aparentemente filantrópicas e autônomas, os reformadores empresariais têm induzido de forma substantiva a definição e implementação das políticas educacionais recentes, como na consecução do *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE) e do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, que, como o próprio nome indica, representa a assunção da agenda do Movimento Todos pela Educação (TPE)² por parte do governo federal (LEHER; EVANGELISTA, 2012). Além dessas políticas, também ocuparam locais privilegiados nas instâncias institucionais, como na discussão do *Plano Nacional de Educação* (PNE 2014-2024) e, especialmente, na definição da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), mediante atuação do *Movimento*

pela *Base Nacional Comum*,³ constituído por diversas organizações empresariais (FREITAS, 2014) (MARTINS, 2013) (PERONI; CAETANO, 2015).

Portanto, tendo em vista a incidência e organização do empresariado no campo das políticas educacionais, neste artigo objetivamos analisar a convergência entre as diretrizes e proposições dos reformadores empresariais e a última grande reforma educacional no Brasil: a reforma do ensino médio imposta pela Medida Provisória nº 746/2016 e, posteriormente, regulamentada pela Lei nº 13.415/2017.

Assim sendo, mediante pesquisa documental, analisaremos, em conformidade com o arcabouço legal da reforma, os seguintes documentos produzidos pelos reformadores: *A Crise de Audiência no Ensino Médio* (Instituto Unibanco), *Educação em Debate* (Todos pela Educação e Instituto Unibanco) e *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016* (Todos pela Educação).⁴

O artigo dispõe de única seção, na qual faremos a análise, em conjunto, da reforma do ensino médio e das diretrizes dos reformadores empresariais. Pretendemos, por meio desse percurso, conduzir o leitor ao melhor entendimento da reforma e de suas relações com as proposições do empresariado nacional.

Reformadores e reforma: confluências e articulações

Os reformadores empresariais justificam sua intervenção pelo pressuposto da existência de uma crise de qualidade da educação pública e, conseqüentemente, do próprio Estado no oferecimento dos serviços públicos, que devem ser ajustados ao molde da gestão empresarial para serem mais produtivos e eficientes.⁵ Segundo Freitas (2014), a criação de um clima de caos educacional é o primeiro passo utilizado pelos reformadores para efetivar as reformas, sendo as avaliações de larga escala utilizadas como instrumento político para enfatizar a crise da educação pública e promover as soluções criadas pelos empresários.

Corroborando com a tendência supracitada, o Instituto Unibanco, em parceria com o Movimento Todos pela Educação (TPE), realizou, em 2008, o seminário *A Crise de Audiência no Ensino Médio*, no qual foi solicitada a diversos pesquisadores⁶ a produção de artigos que pudessem compreender o aumento da evasão, abandono e diminuição da frequência às aulas dos estudantes do ensino médio.

Esses autores partilham da avaliação de que, nas últimas duas décadas, o ensino médio avançou em matrículas, contudo ainda apresenta percentual significativo de estudantes fora da escola e que não concluíram essa etapa de ensino, caracterizando, portanto, a denominada *crise de audiência*. Ricardo Paes de Barros⁷ e Rosane Mendonça (2010, p. 34) sintetizam os indicadores que subsidiam essa constatação:

[...] apesar dessa expansão fabulosa do ensino médio, cerca de 20% dos jovens de 15 a 17 anos (idade em que estes jovens deveriam estar frequentando o ensino médio) não frequentam a escola hoje no Brasil, sendo esse número quatro vezes maior para jovens de 18 a 24 anos. As taxas de abandono são ainda muito elevadas e vêm declinando de forma muito lenta. Além disso, mais da metade dos jovens de 15 a 17 anos que não estão frequentando a escola também não está trabalhando. Cerca de 5% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos que terminam o ensino fundamental não ingressam no ensino médio e, dentre eles, mais da metade não trabalha. Apesar da melhoria significativa na porcentagem de jovens que conseguem ingressar no ensino médio, mas que não concluem a 1ª série, o mesmo não ocorreu nas demais séries deste nível. Portanto, universalização na conclusão do ensino médio parece algo ainda mais distante do que para o ensino fundamental.

Em conjunto, a publicação visa, mais, no primeiro momento, documentar a crise da educação secundária do que desenhar uma política para o ensino médio nacional. Esta tarefa ficará explícita em outras publicações, como revelam as palavras de Wanda Engel, superintendente do Instituto Unibanco: “[...] o evento tornou evidente a necessidade de um movimento contínuo de reflexão e ação, voltado para a reversão do quadro apresentado. Esta publicação é um ‘passo’ desse movimento” (INSTITUTO UNIBANCO, 2010, p. 3).

Diretrizes claras para a reformulação do ensino médio encontram-se no documento *Educação em Debate: Por um salto de qualidade na Educação Básica*, publicado pelo Todos pela Educação, em 2013. As discussões que resultaram nesse documento se iniciaram em 2011, a partir dos encaminhamentos do *Congresso Internacional Educação: Uma Agenda Urgente*, no qual foi definida a criação de grupos de assessoramento (GA) com o objetivo de formular propostas de políticas públicas para a melhoria da qualidade – na concepção dos empresários – do ensino brasileiro.⁸

O GA referente ao ensino médio foi coordenado pelo TPE em parceria com o Instituto Unibanco,⁹ e o manuscrito resultante desse trabalho, que integra o *Educação em Debate*, possui o título *Proposta para um ensino médio compatível com o século 21*, tendo por objetivo principal apresentar:

[...] diagnóstico, entraves e caminhos possíveis para a construção de uma etapa final da Educação Básica alinhada com as atuais demandas da sociedade moderna, capaz de atrair o jovem para a escola e de garantir a ele um futuro mais promissor (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 63, grifo nosso).

Nesse documento, os reformadores afirmam existir uma crise de qualidade no ensino médio, comprovada pela estagnação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e pelo desempenho dos estudantes no *Programme for International Student Assessment* (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 65-68). Em sintonia com os preceitos da *crise de audiência*, o diagnóstico dos reformadores indica que existem quatro

grandes desafios a serem superados nessa etapa de ensino: 1) universalização do acesso; 2) altos níveis de reprovação; 3) abandono e evasão escolar; 4) distorções idade-série. E que seriam vários os entraves para superá-los: pouco tempo de exposição dos alunos à aprendizagem; problemas de desempenho dos alunos do ensino médio noturno; deficiências na formação docente; currículo extenso, com 13 ou mais disciplinas, não atrativo para a maioria dos estudantes; falta de cursos profissionais e técnicos de nível médio (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Como solução para os problemas assinalados, a proposta dos reformadores empresariais, a partir da comparação com os currículos de diversos países membros da OCDE, se caracteriza por três pontos principais: flexibilização/diversificação curricular, formação técnica integrada ao ensino médio e expansão do ensino em tempo integral. Desse modo, a reorganização curricular defendida consiste em uma primeira etapa composta por um núcleo obrigatório de disciplinas, priorizando Português e Matemática, seguida por um percurso flexível à escolha do aluno, em áreas do conhecimento ou formação profissional:

A construção de um currículo diversificado no Ensino Médio é necessária também no Brasil e deve levar em conta as localidades onde estão os estabelecimentos escolares, assim como a autonomia de cada unidade da federação. [...] O ideal seria que os núcleos combinassem os conteúdos essenciais de língua portuguesa e matemática, buscando o conhecimento exigível e desejável a qualquer estudante nesse nível. As demais disciplinas e componentes agregariam diferentes conhecimentos, como língua estrangeira, ciências humanas e biológicas, ou aprofundariam o nível de dificuldade daquelas presentes nos núcleos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 84-85, grifo nosso).

Ana Inoue, consultora do Itaú BBA, sintetiza a proposta:

Há no Ensino Médio um engessamento por conta das disciplinas obrigatórias, que são muitas. Isso impede escolhas. Não se pode aprofundar temas específicos e de maior interesse para os alunos. A primeira ruptura precisaria acontecer nesse ponto. [...] Por sua vez, o Ensino Técnico, que hoje tem uma gama enorme de possibilidades em função das inúmeras profissões que não param de surgir, também se desprenderia das amarras do grande número de disciplinas obrigatórias e seria uma outra opção muito mais atraente para o jovem que quer entrar rapidamente no mundo do trabalho (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 83, grifo nosso).

Tal estrutura curricular sugerida pelos reformadores empresariais foi adotada integralmente pela reforma do ensino médio, que reorganizou o currículo em duas etapas: a primeira composta por um núcleo obrigatório de disciplinas, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a segunda por um itinerário formativo flexível à escolha do aluno, em áreas do conhecimento ou formação técnica e profissional. Também é perceptível a ênfase conferida à Matemática e Língua Portuguesa, únicas disciplinas estabelecidas como obrigatórias durante todo o ensino médio:

Art. 36 O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017, p.1).

Art. 35-A, § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas (BRASIL, 2017, p.1).

Sobre o ensino técnico, os reformadores ressaltam a necessidade de sua valorização, integrando-o à formação básica de nível médio como um dos percursos à escolha do estudante. Além disso, também é destacada a importância do ensino de Língua Portuguesa e Matemática, a experiência prática no setor produtivo e, conseqüentemente, a necessidade de estabelecer parcerias com a iniciativa privada:

[...] é necessário garantir que *a formação geral em língua portuguesa e em matemática seja mantida nos cursos profissionais*, tanto quanto possível de forma aplicada aos conteúdos das formações específicas; e também zelar para que os cursos profissionais tenham qualidade e requeiram uma experiência concreta de trabalho, sob supervisão adequada. [...] *Para isso, o ensino profissional não pode funcionar separado do setor produtivo*, o que implica políticas de financiamento do setor privado, sobretudo o industrial (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 85, grifo nosso).

Como mencionado anteriormente, o ensino técnico e profissional encontra-se entre os itinerários formativos definidos pela reforma, e as parcerias com o setor privado são incentivadas:

Art. 36, § 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I - a inclusão de *vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias* e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; II - *a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade* (BRASIL, 2017, p. 2, grifo nosso).

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e *firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento*, mediante as seguintes formas de comprovação:

I - demonstração prática; II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; e VI - educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias (Brasil, 2017, p. 2, grifo nosso).

Mediante essas determinações, resta claro que a reforma busca flexibilizar as formas de cumprimento das atividades curriculares, possibilitando sua realização fora do ambiente escolar, por meio de *demonstração prática e trabalho supervisionado* – que se referem estritamente a experiências no mercado de trabalho –, além de possibilitar a concessão de *certificados intermediários* de qualificação para o trabalho, aligeirando a formação técnica e profissional dos jovens. Observa-se também seu caráter privatista, por meio da expansão dos canais para as parcerias com o setor privado na educação pública, permitindo o estabelecimento de convênios com instituições de ensino a distância com *notório reconhecimento*, conforme define o *caput* do art. 36, e com instituições de ensino privadas ou empresas, como sugerem os parágrafos § 6º e § 11 do referido artigo (BRASIL, 2017, p. 2).

Para assegurar a materialização das parcerias com o setor privado para a oferta do ensino técnico e profissional, a reforma permitiu a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para este fim,¹⁰ anunciando, como observam Ferreira e Silva (2017), uma ampla ação de privatização, via transferência de recursos públicos para empresas de ensino privadas, da escola pública de ensino médio.

Por outro lado, os reformadores empresariais também dão ênfase à “[...] pouca atratividade do ensino” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 79), devido ao excesso de disciplinas, sugerindo o trabalho na perspectiva do *projeto de vida* do aluno¹¹ – termo repetido intensamente no contexto de publicação da MP nº 746/2016 e incorporado no art. 35-A, § 7º da Lei nº 13.415/17:

A diversificação do Ensino Médio também passa por reconhecer que os jovens possuem talentos, motivações e, sobretudo, níveis de preparo diferenciados ao atingir essa etapa do ensino [...] Desde o primeiro ano do Ensino Médio, sugere-se que o projeto acadêmico da escola trabalhe com a perspectiva do *projeto de vida do jovem*, de modo a estimulá-lo a permanecer nela e direcioná-lo na busca de seus interesses e aspirações (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 84, grifo nosso).

[...] Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a *adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida* e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (BRASIL, 2017, p. 1, grifo nosso).

Aliada ao discurso da *atratividade* e *projeto de vida*, também é proposto pelos reformadores empresariais a ampliação da carga horária do ensino médio, com sua posterior transição para o modelo de tempo integral. Nessa esteira, a reforma também estabeleceu a expansão da carga horária anual, passando de 800 para 1.400 horas:

Especialistas concordam que é impossível garantir uma aprendizagem de qualidade com a carga horária à qual os alunos são submetidos atualmente [...] O aumento da jornada dá possibilidade para a proposta de diversificação curricular, em que a flexibilização encontra espaço para o preenchimento de uma grade horária expandida. Além

disso, a escola de tempo integral traz a oportunidade de preparar o aluno para o futuro levando em consideração suas forças e fraquezas, já que ele tem a possibilidade de trabalhá-las durante mais tempo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 86, grifo nosso).

Art. 24 § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput *deverá ser ampliada de forma progressiva*, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017, p.1, grifo nosso).

Considerando os diversos pontos de encontro destacados, é perceptível que a proposta de ensino médio desenhada pelo Instituto Unibanco e pelo Todos pela Educação não foi materializada no cenário de sua publicação, em 2013; mas foi retomada em 2016, na conjuntura conturbada de construção de uma nova equipe do Ministério da Educação (MEC), após o Golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff (PT) e tomada da Presidência da República por Michel Temer (PMDB). Nesse contexto, o deputado Mendonça Filho (DEM) assumiu o cargo de ministro da educação, nomeando, em seguida, Maria Helena Guimarães de Castro¹² como secretária-executiva do respectivo Ministério.

Logo nos primeiros meses de gestão, Mendonça Filho e Maria Helena Guimarães de Castro participaram da Assembleia Anual do Todos pela Educação,¹³ que celebrou os 10 anos de atuação da organização empresarial na educação nacional. Durante esse encontro com os agentes do governo, os reformadores empresariais apresentaram o *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016*, publicação fruto da parceria entre o TPE e a Editora Moderna, que retomou a proposta de ensino médio exposta no *Educação em Debate* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016a).¹⁴

No *Anuário*, os reformadores empresariais são categóricos quanto à necessidade de mudanças no ensino médio, argumentando ser imperativo tornar a escola mais atraente para os jovens, flexibilizando o currículo e instituindo a escolha de percursos escolares:

Os diagnósticos produzidos com base em inúmeras pesquisas apontam para a necessidade de uma ampla reformulação do Ensino Médio, tornando a Educação mais significativa para os adolescentes, aproximando a escola da realidade cotidiana dos alunos, flexibilizando o currículo e diversificando os percursos escolares (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016a, p. 30, grifo nosso).

Em sintonia com esses preceitos, a publicação também apresenta artigo de Eduardo Deschamps,¹⁵ sob o título *Ensino Médio: a hora de mudar*. Deschamps também parte do pressuposto de uma crise presenciada no ensino médio, comprovada pelos baixos índices aferidos pelas avaliações externas. Assim, como resposta a esse cenário, o autor defende a implementação de *trajetórias flexíveis* e a opção do ensino profissionalizante, apostando no *protagonismo juvenil* mediante a escolha da trajetória *mais condizente com o projeto de vida*, possibilitando aos jovens o desenvolvimento cognitivo e as “[...] competências do

século 21, tornando [o ensino médio] mais próximo [d]aquilo que será exigido dos jovens no mundo do trabalho ou até na universidade” (DESCHAMPS, 2016, p. 37).

Quanto ao ensino profissional, o *Anuário* também apresenta um artigo escrito por Simon Schwartzman.¹⁶ O autor observa que, diferentemente do que ocorre no resto do mundo, a educação técnica no Brasil não é uma formação integrada ao ensino médio, mas uma formação adicional, que se soma a todas as matérias obrigatórias no ensino regular. Dessa maneira, reforçando a proposta empresarial, Schwartzman (2016, p. 99) defende: maior flexibilização curricular, diminuindo o número de disciplinas obrigatórias, mas priorizando Português e Matemática; escolha de percursos formativos pelos alunos; integração do ensino profissional ao ensino médio e parcerias com o setor produtivo.

Diante do exposto, a partir da análise dos documentos, é evidente que o teor da reforma do ensino médio já estava sendo sinalizado pelo empresariado nacional, estando claras as convergências entre as diretrizes e proposições dos reformadores empresariais no que tange à flexibilização curricular; instituição de percursos escolares e diminuição no número de disciplinas; formação técnica integrada ao ensino médio; discurso de valorização do *projeto de vida* dos alunos; expansão dos canais para parcerias com o setor privado; expansão da carga horária e das escolas de ensino integral; ênfase em Português e Matemática.

Confirmando a tese desenvolvida até este ponto, o ministro Mendonça Filho, no texto de apresentação da MP nº 746/2016, sintetiza os pontos de encontro entre a reforma e reformadores, enfatizando a *flexibilização*, a *formação técnica*, a escolha de percursos de acordo com o *projeto de vida* e o foco em Português e Matemática:

[...] a presente medida provisória propõe como *principal determinação a flexibilização do ensino médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos*, inclusive a oportunidade de o jovem optar por *uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular*. [...] Na perspectiva de ofertar *um ensino médio atrativo para o jovem*, além da liberdade de *escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida*, a medida torna obrigatória a oferta da *língua inglesa*, o ensino da *língua portuguesa* e da *matemática* nos três anos desta etapa (BRASIL, 2016, p. 10, grifos nossos).

Em outro momento, no texto de apresentação, o ministro da educação expõe a justificativa oficial da reforma e, mais uma vez, se apropria do discurso construído nas fileiras do empresariado, ressaltando a crise vivenciada pelo antigo modelo de ensino médio – atestada pelos índices de avaliações externas –, o *excesso de disciplinas* e a *falta de atratividade*:

[...] isso [índices do Ideb] é reflexo de um *modelo prejudicial* que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois *são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho*, situação esta que, aliada a diversas outras medidas, esta proposta visa corrigir, sendo notória, portanto, a relevância da alteração legislativa. [...] Resta claro, portanto, que o ensino médio brasileiro está em retrocesso, o que *justifica uma reforma e uma reorganização ainda este ano*, de tal forma que,

em 2017, os sistemas estaduais de ensino consigam oferecer um **currículo atrativo** e convergente com as demandas para um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2016, p. 9, grifo nosso).

As convergências destacadas não são simples casualidade, mas resultado da articulação entre governo e reformadores empresariais. É expressiva a presença do alto escalão do MEC no evento do TPE, indicando, sobretudo, a posição do empresariado como ator principal – considerando a atual correlação de forças – na definição das políticas educacionais. Nessa esteira, os agentes do governo assumem diante dos reformadores empresariais o compromisso de reformar o ensino médio, anunciando, de maneira indireta, que partilham de suas teses e que, portanto, buscarão implementá-las (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016c).¹⁷ A relação é evidenciada, posteriormente, pelo próprio Mendonça Filho, que em reunião com empresários na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez o seguinte apelo:¹⁸ “Eu ousei aqui fazer um chamamento ao empresariado brasileiro para, juntos, nos mobilizarmos, a fim de fortalecer a base educacional do país, melhorando a qualidade do ensino” (MINISTRO..., 2016, p. 1).

Em suma, tais articulações fazem parte das estratégias para o reordenamento privatista da educação pública brasileira, subordinada à agenda educacional construída pelos reformadores empresariais. Nesse contexto, os representantes do MEC assumem o compromisso de reformular o ensino médio, enquanto, por outro lado, os empresários sugerem diretrizes para a reforma pretendida mediante a publicação de relatórios e pesquisas, como no caso do *Anuário e Educação em Debate*.

Por fim, os pontos centrais da reforma do ensino médio foram calcados nas orientações dos *think tanks* do empresariado nacional (como o Movimento Todos pela Educação, Instituto Unibanco, dentre outros), aqui denominados, em conjunto, de reformadores empresariais da educação.

Considerações finais

Neste artigo objetivamos analisar as convergências entre as diretrizes e proposições dos reformadores empresariais e a reforma do ensino médio imposta pela Medida Provisória nº 746/2016 e regulamentada pela Lei nº 13.415/2017.

Por meio da análise documental foi possível evidenciar os seguintes pontos de encontro: crítica ao excesso de disciplinas e falta de interesse dos estudantes pelo modelo anterior de ensino médio, reforçando a ineficiência corroborada pelos resultados das avaliações externas; estabelecimento de percursos escolares – ou itinerários formativos –, enfatizando a flexibilização do currículo; destaque ao discurso do *projeto de vida* dos estudantes; formação técnica integrada ao currículo básico; expansão dos canais para o

estabelecimento de parcerias público-privadas; expansão do ensino em tempo integral; ênfase em Língua Portuguesa e Matemática.

Compreendemos que a análise da inserção dos empresários no campo das políticas educacionais contribui para a compreensão do caráter privatista implícito na reforma. Implícito, pois a expansão dos canais para parcerias público-privadas, bem como a transferência de recursos do Fundeb para o setor privado, não esteve no centro das críticas à reforma, mas, por assim dizer, foi “ofuscada” por outros pontos mais polêmicos, como a introdução do *notório saber* como critério para a contratação de profissionais da educação e o fim da obrigatoriedade de diversas disciplinas.

Argumentamos que o alinhamento demonstrado entre empresários e governo não é mera casualidade, mas resultado da interlocução e trânsito que possuem dentro dos centros de poder, o que os coloca (em comparação com outros atores, como associações acadêmicas e profissionais) em situação privilegiada na disputa do campo educacional, resultando na subordinação da agenda educacional ao consenso construído pelos empresários.

Contudo, também identificamos como ponto de afastamento a introdução do *notório saber* como critério para a contratação de professores, que não foi encontrado como diretriz em nenhum dos documentos analisados. Nas recomendações dos reformadores empresariais é recorrente a temática da *valorização dos professores*, geralmente relacionada à ótica gerencialista de avaliação de desempenho acompanhada de políticas meritocráticas de bônus salariais, mas a flexibilização quanto à diplomação não encontra respaldo nas proposições analisadas neste estudo.

Ademais, como observam Peroni e Caetano (2015, p. 348), o setor privado mercantil está cada vez mais organizado para dar direção às políticas públicas, sendo parte de uma ofensiva histórica do capital, com especificidades neste período particular do capitalismo. De acordo com Freitas (2014, p. 54), sejam quais forem as motivações possíveis de serem apontadas – como derrubar o salário médio por superpopulação de formandos, aumentar a produtividade, formar a mão de obra de acordo com suas necessidades, exercer o controle político-ideológico das escolas etc. –, os reformadores empresariais resolveram, em escala mundial, controlar mais de perto o que ocorre com a educação pública. No Brasil, essa tendência se manifesta na indução das organizações empresariais nas políticas educacionais recentes e, como buscamos demonstrar neste artigo, também na reforma do ensino médio imposta em 2016.

Recebido em 15/08/2017 e aprovado em 26/10/2017

Notas

- 1 Trecho original: *"They aren't teachers but they think they know how to fix the schools. [...] They say that schools should operate like businesses, because the free market is more efficient than government. So these reformers - I call them corporate reformers - advocate market-based reforms"* (RAVITCH, 2011a, p. 2).
- 2 Conforme análise de Martins (2013), o Movimento Todos pela Educação (TPE) surgiu em 2006 mediante iniciativa de empresários do ramo industrial e financeiro nacional, com o propósito de conferir organicidade e direção ao empresariado atuante no campo da educação. Constituem o TPE: DPaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Instituto Natura, Gol, Instituto Votorantim, Grupo ABC, Rede Globo, DM9ddb, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Friends Aúdio, Fundação Victor Civita, McKinsey & Company, Instituto Paulo Montenegro, Instituto HSBC, Canal Futura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Patri Políticas Públicas, Luzio Strategy Group, Itaú Cultural, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em: <<https://goo.gl/84qBcb>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- 3 Conferir: <<http://movimentopelabase.org.br/>>.
- 4 É necessário ressaltar que neste trabalho não nos propomos a realizar críticas ao conteúdo propriamente dito da reforma do ensino médio, mas evidenciar sua convergência com as propostas dos reformadores empresariais. Para a crítica de suas justificativas e consequências, conferir o dossiê *A Reforma do Ensino Médio em Questão*, organizado pela Revista Retratos da Escola (v.11, n.20, jan./jun. 2017).
- 5 Peroni e Caetano (2015, p. 339) observam que essa perspectiva *salvacionista*, de que o mercado deve garantir a qualidade da educação pública, se insere na lógica neoliberal de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. Portanto, a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado.
- 6 Foram convidados pesquisadores ligados a fundações empresariais, governo federal, organismos internacionais e universidades, como: Ricardo Paes de Barros (Instituto Ayrton Senna, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]); Rosane Mendonça (Universidade Federal Fluminense [UFF], IPEA); Reynaldo Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], Universidade de São Paulo [USP]); Ruben Klein (Fundação Cesgranrio); Elaine Toldo Pazello (Inep/USP); Simon Schwartzman (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]/Banco Mundial); João Batista Araujo e Oliveira [Instituto Alfa e Beto] (INSTITUTO UNIBANCO, 2010).
- 7 Possui Doutorado em Economia pela Universidade de Chicago e por mais de 30 anos atuou no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Entre 2011 e 2015, foi subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e, logo depois, tornou-se economista chefe do Instituto Ayrton Senna. Também participou como sócio-fundador do TPE. Disponível em: <<https://goo.gl/bJjULt>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- 8 Os GA foram coordenados pelo TPE em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Instituto Unibanco, membros da academia e representantes do governo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 5).
- 9 "Participaram dos encontros realizados na sede do movimento Todos Pela Educação: José Fernandes de Lima (Conselho Nacional de Educação); Manuel Palácios da Cunha e Melo (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora [Caed/UFJF]); Wanda Engel Aduan e Ricardo Henriques (Instituto Unibanco); Ana Inoue (Itaú/BBA); Françoise Trapenard (Fundação Telefônica); Marcos Magalhães e Alberto Toshikitse (Instituto de Co-responsabilidade pela Educação); Raquel Teixeira (Fundação Jaime Câmara); Ricardo Martins (Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados); Simon Schwartzman e Ariana Britto (Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade [Iets]); Vanessa Guimarães (ex-secretária de Estado de Educação de Minas Gerais); Ricardo Paes de Barros (Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República) e Priscila Cruz, Andrea Bergamaschi e Vanessa Souto (Todos Pela Educação)" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 63).
- 10 A Lei nº 13.415/2017 acrescentou a modalidade de ensino técnico e profissional no Artigo 10 Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundeb, permitindo a transferência de recursos para os sistemas de ensino ofertar este ensino que, como estabeleceu a reforma, pode ocorrer via parceria com o setor privado.

- 11 Em 2015, no contexto de discussão da BNCC, a pesquisa *Projeto de Vida*, realizada pela Fundação Lemann em parceria com o TPE, reforçou esse termo no discurso dos porta-vozes do empresariado. A pesquisa concluiu que existe uma grande desconexão entre os conhecimentos e as habilidades exigidas na vida adulta e o que é ensinado na escola para os jovens. Portanto, defende o ensino das *competências básicas* ou *essenciais* para a vida adulta, isto é, para a vida no mercado de trabalho, como a capacidade para a resolução de problemas e o trabalho das denominadas *habilidades socioemocionais*, como proatividade, autonomia, curiosidade, etc. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015).
- 12 Além de cargos na esfera governamental, tendo ocupado também o posto de secretária-executiva do MEC durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Maria Helena Guimarães de Castro foi presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), representante do Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (Preal), consultora da Unesco, sócio-fundadora e membro do comitê técnico do TPE e participou do Movimento pela Base Nacional Comum (MARTINS, 2013). Disponível em: <<https://goo.gl/cSL1eo>>. Acesso em: 07 fev. 2017.
- 13 A publicação no *website* do TPE acerca desse acontecimento ocorreu em 02 de junho de 2016.
- 14 Além da presença na Assembleia Anual do TPE, Mendonça Filho também participou da sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados em comemoração aos 10 anos da organização empresarial. O ministro ressaltou a importância do TPE: “Essa missão tem que ser dividida entre todos. O próprio nome Todos pela Educação traduz um chamamento à sociedade brasileira. Temos que fazer com que a prioridade para educação não se dê apenas a partir da visão do governo, a população como um todo tem responsabilidade”. Disponível em: <<https://goo.gl/yJ9Lgt>>. Acesso em: 09 fev. 2017.
- 15 Inicialmente cotado para assumir a presidência da Secretaria de Educação Básica (SEB), Eduardo Deschamps – ex-filiado do PSDB, atualmente membro do PSD e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) – foi nomeado para a presidência do Conselho Nacional de Educação (CNE). Também integrou o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o Conselho da Associação Empresarial de Blumenau e o Conselho de Desenvolvimento Regional de Blumenau. Disponível em: <<https://goo.gl/Wdt8S4>> <<https://goo.gl/ioCGJf>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- 16 Possui Doutorado em ciências políticas pela *University of California Berkeley* e foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1994 e 1998. Possui trânsito por organismos internacionais, como o Banco Mundial (MELLO, p. 159-162).
- 17 Ao final do evento, conforme notícia publicada no *website* do TPE, houve um debate entre o ministro, seus secretários e os reformadores empresariais acerca das perspectivas da nova gestão do MEC. Diante dos empresários, a necessidade de reformulação do ensino médio é destacada por Maria Helena Guimarães de Castro: “Temos dois temas em que avançamos muito pouco e que temos que retomar: reforma do Ensino Médio e formação docente” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016c, p. 2).
- 18 Nessa reunião com o empresariado, ocorrida em 08 de julho de 2016, mais uma vez houve o comprometimento do MEC com a reforma do ensino médio estabelecida como uma das prioridades por Mendonça Filho (MINISTRO..., 2016, p. 1).

Referências

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José Marcelino de Rezende. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 11-15, Mar. 2016.

_____. Privatização da Educação Básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: ARAÚJO, Luiz; MARCELINO, José (Org.). **Público x Privado em tempos de Golpe**. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. A privatização da escola pública. **Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/RXkA5w>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Abandono e evasão no ensino médio: magnitude e tendências. In: INSTITUTO UNIBANCO. **A crise de audiência no ensino médio**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/6jnf6x>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/6r2ddr>>. Acesso em: 02 out. 2016.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017.

DESCHAMPS, Eduardo. Ensino Médio: a hora de mudar. In: TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016**. São Paulo: Editora Moderna, 2016a.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da. Centralidade do ensino médio no contexto da nova “ordem e progresso”. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de vida**: o papel da escola na vida dos jovens. São Paulo: Fundação Lemann, 2015.

INSTITUTO UNIBANCO. **A crise de audiência no ensino médio**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/6jnf6x>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LEHER, Roberto; EVANGELISTA, Olinda. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, ano 10, nº 15, 2012.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento "Todos pela Educação"**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MELLO, Hivy Damásio. O Banco Mundial e a reforma educacional do Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais. In: PEREIRA, João Márcio; PRONKO, Marcela (Org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTRO convoca empresariado a se unir ao governo na luta pela qualidade da educação. **Portal Mec**, 08 jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/acpt6a>>. Acesso em: 25 out. 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: Projetos em disputa?. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

RAVITCH, Diane. **National opportunity to learn summit**. 2011a. Disponível em: <<https://goo.gl/whRpfK>>. Acesso em: 27 maio 2017.

RAVITCH, Diane. **A morte e vida do grande sistema escolar americano**. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Profissional Técnica no Brasil. In: TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação em debate**: por um salto de qualidade na Educação Básica. Editora Moderna: São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zDt5oc>>. Acesso em: 13 dez. 2016a.

_____. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016**. São Paulo: Editora Moderna, 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/ZVmTcx>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota do Todos Pela Educação sobre a MP do Ensino Médio. **Todos pela Educação**, 26 set. 2016b.

_____. Em assembleia anual, TPE marca 10 anos de atuação na Educação brasileira. **Todos pela Educação**, 02 jun. 2016c.